

IMPACTO DOS PLANOS ECONÔMICOS QUE PERCORRERAM AS ALIANÇAS DEMOCRÁTICAS NOS GOVERNOS DE SARNEY E DE LULA 2023

ROBERTA VALESKA SANTANA VIEIRA¹; MARCOS AURÉLIO MATOS
LEMÕES²; DARY PRETTO NETO³

¹Universidade Federal de Pelotas – robertappgifsul@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas 1 – enf.lemoes@gmail.com 2

³Universidade Federal de Pelotas – darypretto@gmail.com 3

1. INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou ao longo de sua história econômica uma série de planos econômicos que buscavam controlar a inflação e estabilizar a moeda. A formulação de estudos econômicos, para a identificação dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, a criação de indústrias de base, assim como a regulamentação institucional do país foram a base para que se pudesse planejar o futuro (HENRIQUE, 2022).

Esta pesquisa pretende identificar quais os princípios que regeram as Alianças Democráticas dos Governos Presidenciais de José Sarney (1985 - 1990) e Lula (2023 - atualidade) através de seus impactos econômicos no Brasil e relacionar os dois instrumentos que representaram as alianças democráticas (pactos políticos) para compreender o comportamento econômico do país. Para tanto, foram traçados como objetivos: comparar os períodos históricos, através da análise econômica, de cada aliança política; identificar e avaliar os planos econômicos brasileiros entre os governos de José Sarney e o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Após a “Nova República”, iniciada com a eleição de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional para Presidente da República (eleição indireta) e, logo, sucedido por Sarney, devido ao seu falecimento, veio a gestão desastrosa do governo Collor e sua deposição, quando assumiu Itamar Franco. Entretanto, a marca deste período são os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, que proporcionaram ao país uma fase de estabilidade política, econômica e social (FLORES, 2010).

Descrever o caminho adotado pelas políticas econômicas do Brasil pode ser um elemento importante para entender a arena política e os desafios econômicos atuais para implementar políticas públicas com impacto positivo na vida das pessoas e no desenvolvimento regional do país.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de revisão sistemática da literatura. O método utilizado na avaliação do conjunto de dados provenientes de diferentes estudos será feito através de revisões sistemáticas abrangentes e não tendenciosas na sua preparação buscando o melhor nível de evidência para tomadas de decisão deste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em fevereiro de 1986, o Brasil inicia o Governo de coalizão de Sarney com sucessivos planos econômicos em pequeno lapso de tempo. A introdução de uma nova moeda (cruzado), fixação do salário mínimo e o congelamento de preços patrocinaram um ganho político para Sarney, mas, diante da fragilidade da Aliança Democrática de então, ele não durou além da promulgação da Constituição Federal de 1988. A proposta política era adequar o Brasil ao neoliberalismo com intervenção mínima da economia pelo Estado, realização de privatizações das empresas estatais e redução dos direitos trabalhistas com a flexibilização das legislações. Num segundo mandato, a política econômica é marcada por uma tripla mudança: regime de câmbio fixo, regime monetário e regime fiscal.

Os Governos de Lula e Dilma (2003-2016) herdaram uma profunda recessão advinda da política neoliberal patrocinada pelos planos econômicos do Governo de Fernando Henrique Cardoso. O país teve que ser reorganizado para um novo ciclo de desenvolvimento com inclusão social e autonomia. Iniciado em 2003, teve como principais objetivos a manutenção da estabilidade macroeconômica, a retomada do crescimento sustentável e a redução das desigualdades sociais. Para isso, o governo adotou medidas como o controle da inflação, o aumento do superávit primário, a renegociação da dívida externa, a valorização do salário mínimo, a expansão do crédito e a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família e o Fome Zero (CARDOSO & GIMENEZ, 2011)

Com o *impeachment* de Dilma, em 2016, assumiu o governo, o vice-presidente Michel Temer que implementou uma série de medidas políticas com o objetivo de enfrentar a crise e estabilizar a economia brasileira. Uma das medidas foi a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, que limitou o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Essa medida visava controlar o déficit fiscal e reduzir a pressão sobre as contas públicas, buscando estabilizar a economia e recuperar a confiança dos investidores (SOUZA; HOFF, 2019). Outra importante medida foi a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 que trouxe mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira, flexibilizando as relações de trabalho e modernizando a legislação para tornar o mercado de trabalho mais dinâmico e competitivo. O governo argumentou que essas mudanças seriam importantes para atrair investimentos e estimular a criação de empregos no país. No entanto, a reforma também gerou debates acalorados e críticas de sindicatos e parte da sociedade, que a consideraram prejudicial aos direitos dos trabalhadores (SOUZA; HOFF, 2019).

Desde o Governo Temer, a partir de maio de 2016, até o Governo Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019, houve uma mudança profunda na condução da política econômica, adotando-se explicitamente uma agenda ortodoxa-liberal. Esta agenda tem direcionado a economia para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes como reforma trabalhista, reforma previdenciária e na reafirmação das políticas econômicas: uma política monetária mais conservadora sob argumento de “ancorar expectativas inflacionárias” dos agentes, uma política fiscal contracionista implementação do teto de gastos com base no argumento da “contração fiscal expansionista”, e uma política cambial mais flexível inclusive sinalizando para maior conversibilidade do real.

A política econômica ortodoxa-liberal aprofundada por Bolsonaro possui dois aspectos principais: realização de uma forte contração fiscal, principalmente pelo lado dos gastos correntes, baseado na tese da “contração fiscal expansionista”;

um conjunto de políticas liberais que visa “destravar” o espírito empresarial das amarras do Estado via desregulamentação do mercado, permitindo que a iniciativa privada comande o processo econômico, inclusive no que se refere aos investimentos. Políticas de demanda tem papel nulo ou marginal nesta estratégia de crescimento, podendo apenas ser adotadas excepcionalmente através de medidas pontuais que não impliquem em custo fiscal (OREIRO; PAULA, 2019).

O Governo atual de Lula está adotando uma abordagem social-liberal, enfatizando a importância da responsabilidade fiscal e do controle dos gastos públicos, ao mesmo tempo em que busca promover a igualdade social e investir em políticas sociais. O Governo busca responsabilidade fiscal, igualdade social, investimento em educação e proteção social, considerados fundamentais para a estratégia econômica do governo. Isso é problemático na conjuntura atual de desaceleração da economia, o que pode gerar uma espiral de baixo crescimento e, com o tempo, impor um teto não só ao crescimento econômico, mas à popularidade do presidente, além de enfraquecer a unidade da coalizão social que elegeu Lula (BASTOS, 2023).

4. CONCLUSÕES

A Aliança Democrática (em 1984) propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro. Todavia, tal espírito conciliatório e a apresentação de compromissos gerais não foram suficientes para fechar a aliança, e ela não durou mais que o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1988). Na atualidade, estamos vivendo os oito primeiros meses do Governo Lula, também formado por um Pacto em favor da Democracia (2023), que está em plena mobilização política para ampliar a base do Governo no Congresso Nacional e assim aprovar seus projetos de políticas públicas. Mas ainda é marcado por uma economia fraca com oferta restrita de crédito e baixa confiança por parte dos consumidores. A pesquisa realizada até o presente momento nos possibilita identificar que desde o governo de José Sarney, o Brasil testemunhou uma série de planos econômicos. Durante essa trajetória, diversos planos como o Plano Cruzado, Plano Collor, Plano Real e Planos do período Lula foram implementados, cada um com suas estratégias e resultados específicos. Alguns tiveram sucesso na estabilização da moeda e no controle da inflação, enquanto outros enfrentaram críticas e dificuldades, destacando a complexidade da gestão econômica em uma nação tão diversa e desafiadora como o Brasil. Esses planos representam momentos cruciais na história econômica do país, moldando seu desenvolvimento e impactando diretamente a vida dos brasileiros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Quatro tetos e um funeral: o novo arcabouço/regra fiscal e o projeto social-liberal do ministro Haddad**. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/nota-do-cecon-21-23395ab8.pdf> Acesso em: 12 de set. de 2023.

CARDOSO JR, José Celso; GIMENEZ, Denis Maracci. Crescimento econômico e planejamento no Brasil (2003-2010): evidências e possibilidades do ciclo recente. **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**, v. 4, 2011.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **História econômica, política e social do Brasil**. 2010.

HENRIQUE, Marco Antonio. Políticas e planos econômicos governamentais na consolidação econômica e territorial do Brasil. **Revista da FAE**, v. 25, n. 1, 2022.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: **Uma avaliação preliminar**. **ResearchGate**. set, 2019.

SOUZA, M. B. DE .; HOFF, T. S. R.. **O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular, urbe**. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. e20180023, 2019.